



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº. 08939/18

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 01719/ 2018

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
 - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS.**
 - 1.2. APOSENTANDO(A):
 - 1.2.1. Nome: **Maria das Graças Melo de Almeida Bastos**
 - 1.2.2. Matrícula: **748480**
 - 1.2.3. Cargo: **Assessor p/Ass. Adm. Geral**
 - 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Estado da Administração**
 - 1.2.5. Data de nascimento: **02/12/1952**
 - 1.2.6. Tempo de Contribuição: **12.573 dias**
 - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
 - 1.3.1. Data: **02/04/2018**
 - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Estado de 25.04.18 (fl. 46)**
 - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPREV, Senhor Yuri Simpson Lobato**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A DIAPG concluiu, em seu relatório inicial (fls. 56/60), pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, formalizado pela Portaria de fl. 45, merecendo o seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.**
4. VOTO: **Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, a servidora preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, e os cálculos proventuais estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato aposentatório e pela concessão do competente registro.**

ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato concessório, expedido por autoridade competente, em favor de servidora apta ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 23 de agosto de 2018.

Assinado 28 de Agosto de 2018 às 11:02



Cons. Fernando Rodrigues Catão

PRESIDENTE

Assinado 27 de Agosto de 2018 às 12:50



Cons. Marcos Antonio da Costa

RELATOR

Assinado 27 de Agosto de 2018 às 14:19



Sheyla Barreto Braga de Queiroz

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO